

## **12. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS:**

**a)** Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **União das freguesias de St<sup>a</sup> Lucrécia de Algeriz e Navarra**, para a execução da obra denominada **"Abatimento de piso – Rua da Costa – St<sup>a</sup> Lucrécia"**, no montante de **1.768,61 €**;

**b)-** Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **União das freguesias de Arentim e Cunha**, para a execução da obra denominada **"Rua da Lama – Cunha – Construção muro de suporte"**, no montante de **5.424,02 €**.

**REQUISIÇÃO :** 2016016/136 ( DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS )  
**Data :** 2016-05-30

2280

SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA  
AV. DE SÃO TIAGO  
BRAGA  
4710-750 SANTA LUCRECIA ALGERIZ  
PORTUGAL

**Contribuinte:** 510839541

Braga, 2016-05-30

**Cabimento:** 2016016/136 a 2016-05-30

| (EUR)         |            |                               |            |              |            |      |        |          |  |
|---------------|------------|-------------------------------|------------|--------------|------------|------|--------|----------|--|
| Código de     | Data de    |                               |            |              |            |      |        |          |  |
| Produto/Conta | Entrega    | Designação                    | U.C.       | Quantidade   | Preço      | Desc | I.V.A. | Valor    |  |
| 44531908      | 2016-05-30 | SANTA LUCRÉCIA - RUA DA COSTA | ----       | 1,000        | 1768,61000 | 0    |        | 1 768,61 |  |
|               | Data       | Órgão                         | Económica  | Dotação      | Valor      |      |        |          |  |
|               | 2016-05-30 | 01                            | 0805010202 | 3 294 095,93 | 1 768,61   |      |        |          |  |

| <u>Incidência</u> | <u>Taxa</u> | <u>Valor de Iva</u> |             |          |
|-------------------|-------------|---------------------|-------------|----------|
|                   |             |                     | Sub-Total   | 1 768,61 |
|                   |             |                     | Valor IVA   | 0,00     |
|                   |             |                     | Valor total | 1 768,61 |


**Observações:**

ABATIMENTO DE PISO - RUA DA COSTA - STª LUCRÉCIA E NAVARRA

**Condições de pagamento :**

Local de entrega : CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS

Divisão de Contabilidade  
Planeamento e Controlo de Gestão



NIF: 506 901 173

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE S<sup>ª</sup>. LUCRÉCIA DE  
ALGERIZ e NAVARRA**

**PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE: MÁRIO JOSÉ REIS VIEIRA**, intervindo em representação da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE S<sup>ª</sup> LUCRÉCIA DE ALGERIZ e NAVARRA**, pessoa colectiva de direito público nº 510 839 541 com sede na Av. S. Tiago nº2, 4710 – 741 S<sup>ª</sup> Lucrécia de Algeriz adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os

demaís princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **UNLÃO DE FREGUESIAS DE Sª LUCRÉCIA DE ALGERIZ e NAVARRA** o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de -----de 2016 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de -----de 2016 e pela Assembleia da **UNLÃO DE FREGUESIAS DE Sª LUCRÉCIA DE ALGERIZ e NAVARRA** em sessão de -----de 2016 sob proposta da respetiva União de Freguesias aprovada em reunião de -----de 2016.

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **UNLÃO DE FREGUESIAS DE Sª LUCRÉCIA DE ALGERIZ e NAVARRA** para a execução da obra denominada “**Abatimento de piso – Rua da Costa –Sª Lucrécia**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

#### **Cláusula 3ª**

##### **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **1.668,50€ à qual acresce 100,11€ correspondente ao I.V.A., perfazendo o total de 1.768,61€ por conta da delegação efetuada.**

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Prazo**

1 - O prazo de execução da obra é de 60 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Obrigações da FREGUESIA**

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICIPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Modificação do contrato**

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Suspensão do contrato**

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos

requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a)* Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b)* Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Revogação**

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

#### **Cláusula 20ª**



### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº ----- correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº -----.

### **Cláusula 21ª**

#### **Disposições legais aplicáveis**

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

**Arquiva-se no maço de documentos:** a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:**

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em -----de 2016 pelo 1º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

**Braga, 27 de Maio de 2016**

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

---

**O Presidente da União de Freguesias de Stª Lucrécia e Navarra**

---

Ofício n.º PED/6604/2016

Assunto: Abatimento de piso  
Rua da Costa, Sta. Lucrécia

Freguesia: UF de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra

| Informação do Coordenador da DAF  | Informação do Adjunto do Sr. Vereador  |
|---|--|
| <p>No dia 4/05/2016 no decorrer da visita à obra "Reconstrução de muro de suporte na rua da Igreja - St. Lucrécia" o Presidente da Junta da UF de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra solicitou-me para avaliar um abatimento no pavimento da rua da Costa, em Santa Lucrécia.</p> <p>No local confirmei o aparecimento de uma grande cratera no pavimento, abrangendo quase metade da faixa de rodagem da rua, e arrastado, parcialmente, um muro de suporte a um terreno adjacente.</p> <p>Esta anomalia, aparentemente está relacionada com uma linha de água subterrânea existente no local.</p> <p>No seguimento da minha avaliação e da solução apontada, no local, vem agora a UF de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra solicitar à CMB, uma comparticipação nos custos para a correção da referida anomalia. Para esse efeito apresenta um orçamento, no valor de 1.768,61€ com IVA incluído e que se considera aceitável.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado um contrato Interadministrativo à Junta de Freguesia de Pedralva para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 20 de Maio de 2016</p> <p><i>Fargues</i></p> <p>At. Sr. Eng. Francisco para a elaboração do respetivo contrato interadministrativo.</p> <p>25.05.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p> | <p>Concordo com a informação técnica do Coordenador da DAF. Dada a perigosidade do problema em apreço o que implica agir com urgência, julgo de corresponder ao pedido de comparticipação nos custos respetivos.</p> <p>A consideração superior.</p> <p>20.05.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p>                               |
|   | <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>Justificado o interesse pela Segurança Técnica da DAF de promover-se a elaboração de Contrato Interadministrativo c/a UF de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra para submeter a aprovação do Executivo Municipal.</p> <p>At. Sr. Vereador</p> <p>24 maio 2016</p> <p><i>[Signature]</i></p> |
|   | <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>A reunião do Executivo Municipal.</p> <p>At. Sr. Vereador</p> <p>30 Maio 2016</p>   |

De remeter à DE para elaboração e submeter à reunião do executivo.

27.05.2016

*[Signature]*

**REQUISIÇÃO : 2016016/137 ( DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS )**  
Data : 2016-05-30

2263

ARENTIM E CUNHA  
LUGAR DE GALINHELA  
ARENTIM  
4705-011 ARENTIM  
PORTUGAL

Contribuinte: 510834612

Braga, 2016-05-30

**Cabimento: 2016016/137 a 2016-05-30**

| (EUR)         |            |   |                |              |              |          |        |          |  |
|---------------|------------|---|----------------|--------------|--------------|----------|--------|----------|--|
| Código de     | Data de    |   |                |              |              |          |        |          |  |
| Produto/Conta | Entrega    | Designação                                | U.C.           | Quantidade   | Preço        | Desci    | I.V.A. | Valor    |  |
| 44531771      | 2016-05-30 | CUNHA - RUA DA LAMA                       | ----           | 1,000        | 5424,02000   | 0        |        | 5 424,02 |  |
|               |            | <u>Data</u> <u>Órgão</u> <u>Económica</u> | <u>Dotação</u> |              | <u>Valor</u> |          |        |          |  |
|               |            | 2016-05-30 01 0805010202                  |                | 3 292 327,32 |              | 5 424,02 |        |          |  |

| <u>Incidência</u> | <u>Taxa</u> | <u>Valor de Iva</u> |             |          |
|-------------------|-------------|---------------------|-------------|----------|
|                   |             |                     | Sub-Total   | 5 424,02 |
|                   |             |                     | Valor IVA   | 0,00     |
|                   |             |                     | Valor total | 5 424,02 |

**Observações:**

RUA DE LAMA - CUNHA -CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE

**Condições de pagamento :**

Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade  
Planeamento e Controlo de Gestão



NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA**

**PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE: JOSÉ MANUEL RIBEIRO AFONSO** intervindo em representação da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA**, pessoa colectiva de direito público nº 510 834 612 com sede Rua 25 de Abril, nº 10, 4705-745 adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a União de Freguesias de **Arentim e Cunha**. O presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ----- de 2016 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ----- de 2016 pela Assembleia de Freguesia de **Arentim e Cunha** em sessão de ----- de 2016 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de 2016

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE ARENTIM E CUNHA** para a execução da obra denominada “**Rua da Lama – Cunha - Construção muro de suporte,**” prevista no plano de atividades para o ano em curso, dotada no respetivo orçamento.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

#### **Cláusula 3ª**

##### **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **5.117,00€ (valor sem I.V.A.), acrescida de 307,02€ (I.V.A. a 6%) perfazendo um total de 5.424,02€.** por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Prazo**

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Obrigações da FREGUESIA**

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Modificação do contrato**

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Suspensão do contrato**

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;



b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Revogação**

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

#### **Cláusula 20ª**

##### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº-----

## **Cláusula 21ª**

### **Disposições legais aplicáveis**

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo.

**Arquiva-se no maço de documentos:** **a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; **b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; **c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

### **Pelo segundo outorgante foram exibidas:**

**a)** Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em-----de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;

**b)** Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de 2016

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

**Braga, 30 de Maio de 2016**

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

---

**O Presidente da Junta da União de Freguesias de Arentim e Cunha**

---



**BRAGA**  
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/4914/2016

Assunto: Rua da Lama – Cunha  
Construção muro de suporte

Freguesia: UF de Arentim e Cunha

| Informação do Coordenador da DAF   | Informação do Adjunto do Sr. Vereador  |
|--|--|
| <p>A UF de Arentim e Cunha vem pelo ofício n.º PED/6397/2016 (documentos relacionado) informa que o particular que fez a escavação abusiva não está minimamente interessado em custear a construção do muro de suporte à rua da Lama, em Cunha, justificando-se que cedeu muito terreno ao domínio Público.</p> <p>É de realçar que a falta deste muro põe e causa a estabilidade da plataforma da rua como também não permite cumprir o plano de trabalhos propostos no âmbito da empreitada que está a decorrer no local.</p> <p>A construção do muro necessário para estabilizar a plataforma da rua, terá um custo aproximado de 5 424,02€ com IVA, conforme mapa de medições e orçamento em anexo.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 6 de Maio de 2016</p> <p><i>Harques</i></p> <p>Ào Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração do respetivo contrato interadministrativo.</p> <p>30.05.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>De remeter à DE para calibrmentar e remeter à Reunião do Executivo.</p> <p>30.05.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p> | <p>Pelo que se infere da análise ao presente processo, apesar da indisponibilidade do autor do desaterro para participar na construção do muro de suporte do caminho, este não se opõe à sua construção, motivo pelo qual deve o Município deliberar na Junta da União de Freguesias de Arentim e Cunha a execução da referida obra, através de um contrato interadministrativo, desbloqueando assim, a situação de impasse que se arrasta há meses.</p> <p>À consideração superior. 24.05.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>Este caso configura um bom exemplo de proutos de obras que implicam cedências, devendo os proponentes ficarem bem o devido esclarecimento, o que no caso presente não é evidente. O contrato deve ser elaborado dentro dos limites identificados no processo, submetendo o mesmo à reunião do Executivo para deliberar a execução da obra na UF de Arentim e Cunha.</p> <p>26/05/2016</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>A:</p> <p>- Reunião do Executivo Municipal</p> <p><i>Vitor Moura</i></p> <p>30 Maio 2016</p> |